

OFENSIVA AMPLIADA

Lira centra fogo na diretoria da Petrobras enquanto Centrão articula CPI e taxaço

MANOEL VENTURA, NATÁLIA FORTINARI E BRUNO ROSA
www.globo.com.br
FOLHA DE SÃO PAULO

A resposta do Congresso ao reajuste nos preços combustíveis anunciado pela Petrobras na sexta-feira, ignorando apelos do presidente Jair Bolsonaro e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), será ampliada e intensificada hoje numa ofensiva capitaneada pelo Centrão, o grupo de partidos que sustenta o governo na Câmara. Ontem, Lira subiu o tom e centrou fogo na diretoria da estatal. Chamou o atual presidente da empresa, José Mauro Coelho, de "ilegítimo", e ameaçou levantar informações sobre ganhos e despesas dos diretores. Enquanto isso, deputados e senadores articulam a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a Petrobras e projetos para mudar a política de preços da estatal e elevar impostos sobre a produção e exportação de petróleo.

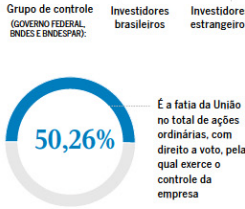
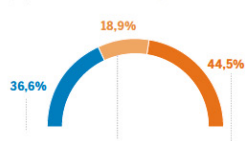
O presidente da Câmara recebe, no início da tarde de hoje, líderes dos partidos na Câmara para definir quais projetos serão colocados em votação. A reunião de terça foi antecipada após o reajuste de 5,18% no litro da gasolina e de 14,26% no do diesel aplicado nas refinarias da Petrobras desde sábado irritar Bolsonaro e parlamentares. A movimentação é atípica para esta época do ano: tradicionalmente, a semana das festas de São João deixa o Congresso esvaziado.

Em conversas com interlocutores nos últimos dias, Lira tem citado principalmente duas propostas: aumentar ou até dobrar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas de óleo e gás (porque não seria possível aumentar apenas a da Petrobras) ou tributar a exportação sobre petróleo bruto. Hoje, o setor paga a alíquota geral da CSLL, de 9%, mas as petroleiras entregam outras receitas públicas, como royalties e participações especiais sobre a produção e Imposto de Renda. Outra saída, vista com maior viabilidade no grupo, é criar um imposto de exportação. Diferente da CSLL, esse tributo teria vigência imediata.

GOVERNO CONTROLA E LUCRA COM ESTATAL

Embora tenha ações negociadas na Bolsa e milhares de acionistas brasileiros e estrangeiros, a Petrobras é considerada uma estatal porque a União é sua maior sócia e controladora

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA PETROBRAS (capital total, em maio de 2022)



Fonte: Petrobras *Previsão para o ano. Até julho, já foram pagos R\$ 32 bilhões.

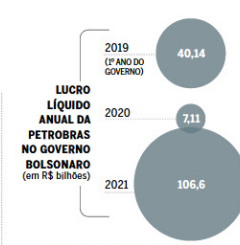
O Conselho de Administração da Petrobras tem 11 cadeiras, das quais



6 atualmente são de representantes do governo

O presidente da empresa é indicado pelo governo federal e empossado pelo conselho, onde o governo tem maioria

O lucro da Petrobras bateu recorde no ano passado com disparada da cotação do petróleo...



... e a União ficou com a maior parte dos ganhos distribuídos entre investidores.



Editoria de Arte

tar apenas a da Petrobras) ou tributar a exportação sobre petróleo bruto. Hoje, o setor paga a alíquota geral da CSLL, de 9%, mas as petroleiras entregam outras receitas públicas, como royalties e participações especiais sobre a produção e Imposto de Renda. Outra saída, vista com maior viabilidade no grupo, é criar um imposto de exportação. Diferente da CSLL, esse tributo teria vigência imediata.

O plano encampado pelo Centrão pretende vincular o aumento da taxaço do setor ao uso dos recursos no financiamento de mecanismos para reduzir o impacto da alta dos combustíveis. A forma, porém, ainda será discutida entre as lideranças do Congresso. Uma das possibilidades é um subsídio para o diesel diretamente na bomba e para o gás de cozinha no botijão. Outra ideia é o pagamento de um au-

xílio para caminhoneiros, taxistas e motoristas de aplicativos e a ampliação do Auxílio Gás, criado no ano passado para famílias de baixa renda. Com a nova mobilização, o debate sobre a tributação do setor deve ficar junto com a proposta de emenda à Constituição chamada de PEC dos Combustíveis, que está em tramitação no Senado. A PEC destina R\$ 46,4 bilhões para a compensação da redução de impostos federais e estaduais sobre gasolina, diesel, etanol e gás. A PEC seria usada para furar o teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas da União.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), disse que o teor exato das propostas só sairá da reunião: — Há várias ideias para os combustíveis que serão discutidas. Nós temos que fazer o que tem maioria para fazer.

CPi divide opiniões

Em outra frente de pressão sobre a Petrobras, o governo está na fase final de elaboração de um projeto de lei para a privatização da estatal nos moldes da Eletrobras, como antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim. Para defensores da medida, a alta dos preços cria um ambiente político favorável ao tema, ainda que seja difícil avançar em pouco tempo.

Defendida por Bolsonaro, a CPi para investigar a Petrobras ainda gera dúvidas no Congresso. Líderes ouvidos pelo GLOBO acreditam que há pouca chance de uma CPi andar às vésperas das eleições e avaliam que o escopo da investigação não ficaria restrito aos interesses dos governistas. O governo ainda não começou a colher as assinaturas necessá-

rias para a comissão, passo já dado pela oposição.

Apesar das dúvidas sobre a CPi, Lira demonstrou ontem disposição de investigar os diretores e o presidente da empresa, que chamou de "ilegítimo". No início do mês, Bolsonaro determinou a substituição de Coelho, que havia sido escolhido pelo próprio presidente 40 dias antes, por Caio Paes de Andrade, auxiliar do ministro Paulo Guedes, mas ele segue no comando enquanto o processo burocrático ainda está em curso e resiste às pressões para renunciar.

Em artigo publicado no site da Folha de S. Paulo ontem, Lira afirmou que a empresa usa uma face estatal quando busca apoio do governo para obter condições diferenciadas e age como "capitalista selvagem" para manter lucros bilionários, sem mencionar que a maior parte dos dividendos pagos vai para o caixa do governo, mas sem destino certo.

No artigo, Lira defende o fim do que chama de complacência com a empresa. "O primeiro passo que temos de dar é conhecê-la. Quanto gastam seus diretores em suas viagens? Quanto custam suas hospedagens? No exterior ficam onde? Em que carro andam? Quem paga seus almoços e jantares? Alugam carros? Aviões? Helicópteros? Há excessos? De onde vieram? Como constituiram seus patrimônios? Seus parentes investem onde e são ligados a quem? Depois, temos de entender os critérios de formulação de políticas da empresa. Temos de entender com quem os diretores e os conselheiros conversam. E esses interlocutores: são ligados a que interesses?", escreveu.

Procurada, a Petrobras e seus executivos não quiseram se pronunciar. Nos bastidores da empresa, parte do Conselho de Administração discute uma forma de impedir que parlamentares do Centrão voltem a indicar diretores da estatal, como acontecia antes da Operação Lava-Jato.

As frentes contra a estatal

> **Mudança na gestão:** O atual governo já demitiu três presidentes da Petrobras: Roberto Castello Branco, Joaquim Silva e Luna e agora José Mauro Coelho. No centro do impasse está a atual política de preços da companhia, baseada na paridade de importação, que leva em conta as cotações do petróleo no mercado internacional e o dólar. Para impedir novos aumentos da gasolina e diesel, o governo indicou Caio Paes de Andrade para comandar a empre-

sa e mudar a política de preços. Agora, o governo já sinaliza que pretende trocar toda a diretoria da empresa.

> **CPI:** O governo articula com deputados a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o seu presidente da Petrobras, além de seus diretores e membros do Conselho de Administração. Em artigo publicado no jornal "Folha de S. Paulo", o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), questionou ganhos e gastos da diretoria. "Temos de entender os critérios de formulação de políticas da empresa", escreveu.

> **Impostos:** Para combater os aumentos nos preços e a insatisfação popular, uma das alternativas é aumentar ou até dobrar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para a estatal e todas as empresas de óleo e gás. Uma outra saída, vista como maior viabilidade pelo Congresso, é criar ainda um imposto de exportação sobre o petróleo, medidas criticadas pelo setor.

> **Privatização:** Em outra frente de pressão sobre a Petrobras, o governo está na fase final de elaboração de um projeto de lei para tentar avançar na discussão de privatização

da estatal. Porém, especialistas consideram que o projeto deve levar alguns anos.

> **Ministério:** Diante do impasse em controlar os preços, o governo demitiu o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e nomeou para seu lugar Adolfo Sachsida, indicado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes

> **Teto do ICMS:** De olho nas eleições, o governo conseguiu aprovar no Congresso o projeto de lei que cria um teto de 17% para o ICMS que incide sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transporte coletivo.



Arto. Lira chamou o presidente demissionário da Petrobras, José Mauro Coelho, de "ilegítimo"

REGISTARONLINE/21-4-2022 JEFFERSON RODRIGUES/SENACON/10-2019

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 13